

ASSUNTOS PÚBLICOS

Nota Técnica

Portugal: Partido Socialista vence eleições legislativas com maioria relativa. António Costa vai iniciar negociações para obter apoio dos partidos da Esquerda parlamentar.

Lisboa










7 de outubro 2019

Com 36,65% dos votos, o Partido Socialista (PS) elegeu 106 dos 230 deputados que constituem o Parlamento Português, falhando o objetivo de 116 deputados que seriam a garantia de uma maioria absoluta. **António Costa, primeiro-ministro desde 2015, procurará formar um Governo do PS, mas dará início a negociações com os partidos de Esquerda para chegar a um acordo parlamentar.** De acordo com o discurso de vitória de Costa, espera-se uma base mais ampla de entendimento que tenha em consideração o aumento da força dos partidos de Esquerda no Parlamento.

Cabe ao Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, nomear o Primeiro Ministro depois de ouvir todos os partidos com representação Parlamentar, um processo que terá início esta terça-feira, 8 de outubro; o prazo será mais curto do que o habitual devido à intenção do Presidente de garantir um governo estável antes do final de outubro. Os partidos de Esquerda – BE, CDU, PAN e o recém-eleito Livre – irão iniciar negociações com o PS para chegar a um acordo parlamentar e garantir uma plataforma estável para o novo Governo.

As negociações serão complexas e o Primeiro Ministro António Costa deverá ser forçado a acelerar as negociações devido à necessidade urgente de começar a preparar o Orçamento do Estado para 2020 e garantir a respetiva aprovação no Parlamento em 2019. Qualquer acordo com os partidos de Esquerda, independentemente de serem incluídos os mesmos aliados que apoiaram o último Governo, o BE e a CDU; dois novos aliados, o PAN e o Livre; ou todos os partidos de Esquerda, exigirão cedências do PS, forçando o partido de Costa a modificar o Orçamento do Estado para incluir propostas dos possíveis aliados parlamentares.

Resultado das eleições legislativas de 2019 VS Resultado das eleições legislativas de 2015

Partido e posicionamento político	2019		2015		Variação	
	% Votos	Deputados	% Votos	Deputados	% Votos	Deputados
 PS Partido Socialista (Centro-Esquerda)	36,65%	106	32,32%	85	+4,33%	+21
 PSD Partido Social-Democrata (Centro-Direita)	27,9%	77	38,56% (coligação com CDS-PP)	89	NA	-12
 BE Bloco de Esquerda (Extrema-Esquerda)	9,67%	19	10,19%	19	-0,52%	igual
 CDU (Extrema-Esquerda)	6,46%	12	8,25%	15	-1,79%	-3
 CDS-PP (Centro-Direita)	4,25%	5	36,86% (coligação com PSD)	18	NA	-13
 PAN Partido das Pessoas, Animais e Natureza (Ambientalista)	3,28%	4	1,39%	1	+1,89%	+3
 Chega! (Extrema-Direita)	1,3%	1	NA (Partido não existia)	NA (Partido não existia)	NA	+1
 Iniciativa Liberal (Centro-Direita)	1,29%	1	NA (Partido não existia)	NA (Partido não existia)	NA	+1
 Livre (Extrema-Esquerda)	1,09%	1	0,73%	0	+0,36%	+1

PRIMEIRAS REAÇÕES E POSSÍVEIS CENÁRIOS PARA O FUTURO

No seu discurso de vitória, António Costa destacou o reforço da presença parlamentar do Partido Socialista, a única força política a eleger deputados em todos os distritos. O Primeiro Ministro reafirmou a sua intenção de iniciar negociações com todos os partidos de Esquerda para renovar e fortalecer o acordo político conhecido como Geringonça, formado originalmente com BE e CDU. Desta vez, no entanto, Costa quer que PAN e Livre façam parte do acordo "para garantir uma maior estabilidade". Em resposta a perguntas sobre possíveis acordos com partidos de Direita, ou seja, PSD, o Primeiro Ministro garantiu que a prioridade seria negociar com aliados de Esquerda.

O PSD teve a segunda maior percentagem de votos e evitou as previsões pessimistas que antecipavam o pior resultado de sempre para o partido. O líder Rui Rio admitiu que perder as eleições para o PS não foi o resultado ideal, mas fez um discurso em que alegou ter superado as expectativas, considerando o "contexto interno e externo muito difícil".

Questionado sobre sua vontade de negociar uma grande coligação com o PS, Rui Rio foi evasivo e disse que "a iniciativa está do lado de António Costa", mas afirmou que o PSD "analisaria qualquer proposta, desde que se enquadrasse no programa apresentado pelo PSD".

À Esquerda, o BE celebrou o terceiro lugar com um discurso anti Direita que comemorou o que Catarina Martins chamou de "uma derrota histórica para o PSD e o CDS-PP". Ao mesmo tempo, o líder do BE deixou a porta aberta para as negociações com o Partido Socialista: "O PS tem todas as condições para formar um Governo; se eles não tiverem maioria absoluta e precisarem de apoio

parlamentar, têm duas opções: procurar uma solução estável que continue a restituição de direitos ao longo da legislatura, e isso deve refletir-se no programa do Governo que está por vir; ou negociar anualmente cada Orçamento do Estado".

O líder da CDU, Jerónimo de Sousa, fugiu das comparações diretas com os resultados de 2015, evitando qualquer tipo de reconhecimento de que a coligação teve um desempenho inferior nas eleições de 2019. Jerónimo reafirmou que a CDU não está interessada em ter outro acordo parlamentar escrito com o PS para todo o mandato, mas parece existir abertura para negociar um acordo mais flexível que permita à CDU manter a independência na maioria dos votos, apoiando o Partido Socialista e outros aliados de esquerda sempre que necessário.

O CDS-PP sofreu as consequências de ser o principal adversário do PS durante a legislatura, ficando numa posição política frágil que levou a presidente do Partido Assunção Cristas a anunciar a demissão apenas alguns minutos depois da divulgação dos resultados preliminares. No seu discurso, Cristas deu os parabéns a António Costa pela vitória, disse que o CDS-PP "muitas vezes parecia uma voz isolada no Parlamento" nos últimos quatro anos e saiu com uma declaração de intenções: "Tenho a certeza de que o CDS-PP, um partido estrutural para a nossa democracia, encontrará uma maneira de construir o seu futuro e contribuir para a criação de uma alternativa de Centro-Direita em Portugal".

O PAN comemorou a maior vitória eleitoral na curta história do partido, com o líder André Silva a deixar vários recados no seu discurso de vitória. "Somos um partido feminista" foi o primeiro grito de guerra vindo do PAN, antes de um ataque aberto ao PSD, CDU e CDS-PP, as três forças

políticas que Silva acusou de não partilharem “valores do século XXI”. O PAN também adotou uma forte postura ambientalista no discurso, alegando que os novos deputados do partido serão cruciais na luta contra o anti ambientalismo. Questionado sobre a possibilidade de negociar um acordo parlamentar com o PS, André Silva mostrou abertura desde que as ideias do PAN sejam consideradas no programa político do PS.

O líder da Iniciativa Liberal, Carlos Guimaráes Pinto, mostrou-se entusiástico no seu discurso, após a confirmação de que o Partido teria representação parlamentar apenas dois anos após a sua criação. O líder da Iniciativa foi extremamente crítico em relação à ideologia política do Partido Socialista, afirmando que “um Partido que estagnou a evolução de Portugal nos últimos 40 anos terá mais quatro anos de Governo”, mas garantiu que “eles finalmente terão uma oposição forte”, formada pela Iniciativa Liberal.

O partido Chega! tornou-se na primeira força política de Extrema-Direita a ter deputados no Parlamento Português desde a revolução nacional de 1974. O líder André Ventura comemorou a entrada no Parlamento com uma rejeição da ideia de que as opiniões do partido são extremistas ou não-inclusivas. Ventura fez ainda uma declaração forte e prometeu aos membros do Partido: “Garanto-vos que dentro de oito anos, o Chega! será o maior partido de Portugal”.

A única deputada eleita pelo Livre, Joacine Katar Moreira, fez uma breve declaração aos meios de comunicação portugueses assegurando que o partido “representará a esquerda antifascista e antirracista no Parlamento Português”. Joacine mostrou muita preocupação pela eleição do Chega! e declarou que “não há espaço para

partidos de Extrema-Direita no Parlamento”.

Possíveis cenários eleitorais para o PS:

- **Formar um acordo parlamentar mais amplo, não apenas com o BE e a CDU, mas também com o PAN e o Livre:** os termos da negociação determinarão se a solução é possível; A CDU (Partido Comunista e Os Verdes) negou até agora a disponibilidade para repetir um acordo por escrito. Os outros partidos de Esquerda parecem mais abertos a negociações, mas essa solução exigiria muitas cedências de todas as partes. O PS não incluiria nenhum parceiro no Governo, os acordos ficariam restritos ao Parlamento.
- **Governo minoritário com negociações voto a voto:** não seria a solução mais indicada para a estabilidade pretendida, mas se um acordo parlamentar de quatro anos não for alcançado, o PS poderá ser forçado a negociar acordos pontuais para cada Orçamento do Estado ou cada medida política que exija apoio alargado. António Costa só recorreria a esta opção caso as várias rondas de negociação com os partidos de Esquerda falhassem.

Próximos Passos

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, fará audiências com todos os partidos com representação parlamentar – PS, PSD, BE, CDU, CDS-PP, PAN, Chega!, Iniciativa Liberal e Livre – no dia 8 de outubro, antes de designar o Primeiro Ministro. O presidente quer que o processo seja o mais rápido possível devido à proximidade das negociações do Brexit e à necessidade de uma solução política estável para aprovar o Orçamento do Estado para 2020.

A Comissão Nacional de Eleições aprovará e divulgará formalmente os resultados finais das legislativas, incluindo os círculos eleitorais da Europa e fora da Europa, no dia 16 de outubro.

De acordo com os calendários de eleições anteriores, o Governo deverá ser constituído até ao final de outubro, embora as negociações entre o PS e os outros partidos de Esquerda possam adiar o prazo. Nos próximos dias espera-se que o próximo governo comece a formar-se, mesmo que não seja ainda oficialmente revelado todo o elenco do Executivo.

Após as reuniões com o Presidente da República, António Costa deverá abordar o BE, CDU, PAN e Livre para iniciar negociações. Os encontros serão complexos, pois há vários pontos que separam o PS de cada um dos outros partidos de Esquerda; poderão ser necessárias várias semanas para chegar a qualquer tipo de acordo. Costa estará particularmente motivado para chegar a um entendimento devido à necessidade de começar a elaborar o Orçamento do Estado do próximo ano.

Outros destaques

Apesar de várias campanhas de apelo ao voto e declarações anti abstenção dos líderes dos partidos e do Presidente da República, o nível de abstenção nas legislativas de 2019 foi o mais alto de sempre: 45,5%, um pouco acima do recorde anterior de 44,1% registado nas eleições de 2015. Menos 288.027 pessoas votaram este ano do que nas eleições legislativas anteriores, embora este valor possa ser revisto devido às novas regras para eleitores no estrangeiro, cujos votos serão contabilizadas apenas no final desta semana. No entanto, é já certo que mais de 4,25 milhões de eleitores portugueses não votaram.

As eleições de 2019 registaram um número recorde de partidos candidatos ao Parlamento: 21 forças políticas. Existem 3 novos partidos no Parlamento, com um deputado cada: Livre (Extrema-Esquerda), Chega! (Extrema-Direita) e Iniciativa Liberal (Centro-Direita). Isso significa que haverá nove partidos no Parlamento Português nos próximos quatro anos, o maior número num único mandato desde a revolução democrática de 1974.

Os partidos de Esquerda têm agora uma vantagem significativa no número total de deputados quando comparados com a Direita, devido aos 21 deputados adicionais do PS e aos três representantes extra do PAN, além de um deputado do novo partido parlamentar Livre. Pelo contrário, a CDU perdeu três deputados e o BE manteve os mesmos 19 representantes.

A maioria significativa dos partidos de Esquerda no Parlamento não é suficiente para alcançar os 66% de votos que permitiriam uma revisão da Constituição, mas permitem ao PS aprovar o Orçamento do Estado e as propostas de lei com a

abstenção dos outros partidos de Esquerda.

O PSD mantém-se como o partido com a segunda maior representação Parlamentar, com 77 deputados, perdendo 12 representantes quando comparado com as eleições de 2015. No entanto, se o PS conseguir chegar a um acordo com os partidos de Esquerda, O PSD terá uma capacidade muito limitada de influenciar a agenda política e governamental.

Após uma perda significativa de representação Parlamentar do CDS-PP (-13 deputados), a líder Assunção Cristas anunciou a sua demissão. O CDS-PP procura agora uma nova liderança que possa revigorar o partido e preparar uma legislatura que deverá revelar-se muito difícil.

O PAN, Partido das Pessoas, Animais e Natureza, teve o crescimento proporcional mais significativo no número de deputados. O partido de André Silva passou de um único representante para quatro deputados.

A partilha ou reprodução do conteúdo incluído neste relatório é autorizada para usos comerciais e não-comerciais, mediante a correta citação da fonte.

Para mais informações:

Tiago Vidal
Sócio e Diretor Geral LLYC Portugal
tvidal@llorentecuenca.com